

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

DAVI DOS SANTOS COSTA

POLÍTICA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE):

A atuação dos professores no município de Ilha Grande – PI

PARNAÍBA

2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

DAVI DOS SANTOS COSTA

POLÍTICA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE):

A atuação dos professores no município de Ilha Grande – PI

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Piauí - UESPI, como requisito para obtenção do título de licenciado em Pedagogia, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Afranio Rodrigues Teles.

PARNAÍBA

2025

C837p Costa, Davi Dos Santos.

Política de Atendimento Educacional Especializado (AEE): a atuação dos professores no município de Ilha Grande - PI / Davi Dos Santos Costa. - 2025.
46 f.: il.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí-UESPI, Licenciatura Plena em Pedagogia, Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI, 2025.

"Orientador: Prof. Dr. Francisco Afranio Rodrigues Teles".

1. Políticas públicas. 2. Atendimento Educacional Especializado (AEE). 3. Educação inclusiva. I. Teles, Francisco Afranio Rodrigues . II. Título.

CDD 371.9

DAVI DOS SANTOS COSTA

POLÍTICA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE):

A atuação dos professores do AEE no município de Ilha Grande – PI

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Piauí - UESPI, como requisito para obtenção do título de licenciado em Pedagogia, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Afranio Rodrigues Teles.

Monografia aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Francisco Afranio Rodrigues Teles
Orientador

Mara de Souza Paixão
Examinador Interno

Maria Aurioneida Carvalho Fernandes
Examinador Externo

Dedico este trabalho à minha mãe, Cristina Célia, minha maior inspiração e fortaleza. Sua dedicação, amor e incansável apoio foram essenciais em cada etapa da minha caminhada.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta jornada acadêmica, muitas pessoas foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Meu primeiro agradecimento é à minha família, meu alicerce em todos os momentos. À minha mãe, Cristina Célia, ao meu pai, Flávio Augusto, ao meu irmão, Gustavo Santos, e à minha namorada, Nailiany Paz, pelo amor, apoio incondicional e incentivo diário.

Aos meus amigos de graduação, que tornaram essa caminhada mais leve e repleta de aprendizados: Verônica Feitosa, Ana Carolina, Vinicius Veras, Vivianne Araujo, Gisela Penélope e Izabelle Rodrigues. A parceria e o companheirismo de vocês fizeram toda a diferença nesta trajetória.

Agradeço também a todo o corpo docente que contribuiu para minha formação. Em especial, ao meu orientador, professor Francisco Afranio Teles, por toda a dedicação e por me guiar na construção deste trabalho. Meu reconhecimento também ao professor Emerson Benedito e à professora Mara de Souza Paixão, cujos ensinamentos moldaram não apenas o profissional que me torno hoje, mas também a pessoa que sou.

A cada um que, de alguma forma, esteve ao meu lado nesta caminhada, minha gratidão eterna.

A inclusão ocorre quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.

Paulo Freire

RESUMO

O propósito deste trabalho foi pesquisar as políticas públicas direcionadas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município de Ilha Grande – Piauí. O estudo teve como objetivo geral: conhecer as práticas pedagógicas dos professores nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) do município de Ilha Grande – PI. Quanto aos objetivos específicos, foram: caracterizar a política de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da rede municipal; identificar as instituições de ensino que oferecem salas de Atendimento Educacional Especializado no município de Ilha Grande – PI; e analisar as estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores do Atendimento Educacional Especializado em suas abordagens de ensino-aprendizagem. O trabalho focalizou a efetivação dessas políticas, considerando os desafios e progressos no acesso da educação especial e inclusiva no contexto investigado. Teoricamente, respaldou-se em autores especializados na educação inclusiva e especial, sendo os principais Mantoan (2001, 2002, 2006, 2010), Capellini (2009, 2015) e Carneiro (2012). Para isso, foram coletadas e analisadas informações identificadas em documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Ilha Grande – PI, bem como em questionários semiestruturados aplicados aos profissionais de educação que trabalham no AEE. Com base nos dados coletados, identificou-se os avanços, os principais desafios, além das metodologias utilizadas pelos professores para garantir a inclusão e possíveis melhorias nas práticas de ensino direcionadas ao AEE. Espera-se que este trabalho enriqueça a discussão acerca da eficácia das políticas de inclusão e do fortalecimento do ensino especializado no contexto público de ensino.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Atendimento Educacional Especializado. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

This paper's objective was to research the public policies directed at Specialised Educational Assistance (SEA) in the municipality of Ilha Grande – State of Piauí. The main objective of the research was to understand the pedagogical practices of teachers in Specialised Educational Assistance (SEA) classrooms in the municipality of Ilha Grande - PI. The specific objectives were: characterise the Specialised Educational Assistance (SEA) policy of the municipal network; identify the educational institutions that offer Specialised Educational Assistance rooms in the municipality of Ilha Grande - PI; and analyse the pedagogical strategies used by Specialised Educational Assistance teachers in their teaching-learning approaches. The study focused on the implementation of these policies, considering the challenges and progress in access to special and inclusive education in the context investigated. Theoretically, it was based on authors specialising in inclusive and special education, the main ones being Mantoan (2001, 2002, 2006, 2010), Capellini (2009, 2015) and Carneiro (2012). To do this, we collected and analysed information identified in documents provided by the Municipal Department of Education of Ilha Grande - PI, as well as in semi-structured questionnaires applied to education professionals working in the SEA. Based on the data collected, the advances and main challenges were identified, as well as the methodologies used by teachers to guarantee inclusion and possible improvements in teaching practices aimed at SEA. It is expected that this work will enrich the discussion about the effectiveness of inclusion policies and the strengthening of specialised teaching in the public education context.

Key-words: Public Policies. Specialised Educational Services. Inclusive Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil Identitário das Professoras da AEE de Ilha Grande – PI 24

Quadro 2 – A Educação Especial em Ilha Grande – PI2 (Censo 2024)..... 24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE: Atendimento Educacional Especializado

APAE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação.

SEDUC: Secretaria de Educação do Estado do Piauí

SRM: Sala de Recursos Multifuncionais

UESPI: Universidade Estadual do Piauí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA.....	15
3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: ASPECTOS TEÓRICOS E LEGAIS.....	17
3.1 A educação inclusiva no Brasil.....	17
3.2 Educação especial e educação inclusiva.....	18
3.3 Atendimento educacional especializado – AEE	19
3.4 Leis e documentos que amparam o Atendimento Educacional Especializado.....	20
4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	23
4.1 Educação Especial em Ilha Grande: aspectos quantitativos.....	24
4.2 Olhar das professoras de AEE sobre a educação inclusiva.....	25
4.2.1 Planejamento no AEE	26
4.2.2 Metodologia e recursos utilizados no AEE	27
4.2.3 Desafios enfrentados na prática do AEE.....	27
4.2.4 Participação das famílias no acompanhamento dos filhos	29
4.2.5 Parceria com os professores do ensino regular.....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
6 REFERENCIAS.....	33
ANEXOS	35
APÊNDICE A – Questionário e Termo de Consentimento da Pesquisa.....	44

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho focaliza as práticas pedagógicas de professores atuantes em salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município de Ilha Grande – PI. Para isso, aponta-se as características das políticas voltadas para as salas de AEE, identifica-se que instituições de ensino oferecem atendimento em salas de aula especializadas, bem como destacam-se as estratégias utilizadas pelos professores que atuam nas salas de recursos no referido município. A escolha por essa discussão é motivada pelo cenário atual que, por sua vez, tem situado a educação especial e inclusiva com mais visibilidade e espaço acessível, efetivando-se como um princípio fundamental nas políticas educacionais contemporâneas.

Para entendimento dessa discussão é importante a compreensão da Educação Especial como uma modalidade de ensino e a Educação Inclusiva como uma política pública social.

A educação especial é um campo de estudo que visa avaliar e desenvolver novas estratégias didáticas e metodológicas, oferecendo atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar (Capellini, 2015). Nesse contexto, a inclusão educacional é vital para o desenvolvimento estudantil e pedagógico, sendo complementada pela educação especializada.

A educação inclusiva, por ser uma política pública, pode ser descrita como uma abordagem que intenciona a inserção de todos os discentes, independentemente de suas características individuais, com o objetivo de extinguir os obstáculos que possam surgir durante a jornada educacional dos estudantes. Contrariando o senso comum, a educação inclusiva não se destina apenas às crianças atípicas, mas também às típicas, pois a “Educação inclusiva [...] tem como objetivo acolher a todos, promover o desenvolvimento e a aprendizagem de todos; ou seja, toda escola deveria ser inclusiva” (Capellini, *apud* TV USP, 2015).

No âmbito do AEE, sua efetivação ocorre, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais. Esses espaços possuem um papel significativo para o desenvolvimento dos discentes e “têm como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (Brasil, 2008,

p. 1). Dessa forma, a incumbência do atendimento especializado envolve tanto o ensino suplementar quanto o complementar, visando também à autonomia na escola e fora dela.

O atendimento especializado é assegurado pela Lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que se caracteriza como “[...] gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 2013, Art. 4).

Sendo o atendimento especializado ofertado de forma gratuita, no turno oposto à escolarização da sala regular, é orientado por um professor especializado e pode ser realizado de forma individual ou em pequenos grupos. É necessário que o aluno esteja matriculado regularmente na sala regular para utilizar essa modalidade de ensino especial.

De acordo com o Ministério da Educação (2008), é papel do professor do AEE elaborar recursos pedagógicos de acessibilidade, considerando as necessidades específicas de cada discente; acompanhar a funcionalidade dos recursos utilizados; ensinar sobre tecnologia assistiva¹; promover atividades que incluam a família; e orientar professores e familiares sobre o uso de recursos pedagógicos e de acessibilidade. Além disso, é fundamental estabelecer articulações com os professores da sala regular para que organizem ferramentas de acessibilidade e estratégias que possibilitem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Vale ressaltar que o complemento ou suplemento educacional especializado, mediado pelo docente qualificado, vai além da interação professor-aluno, abrangendo também a participação das famílias e dos professores da classe regular. Essas participações são de suma importância na trajetória escolar dos estudantes atendidos.

Considerando isso, a escolha da temática educação inclusiva e especial, com foco no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ocorreu a partir da experiência deste pesquisador que, no período do estágio supervisionado, teve acesso a essa discussão, observando a necessidade de um melhor conhecimento teórico, estatístico

¹ “Tecnologia assistiva é definida como produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que tenham como objetivo promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.” (BRASIL, 2015)

e prático no âmbito do AEE. Foi durante os estágios, realizados por meio de parcerias entre as prefeituras e a Universidade Estadual do Piauí - UESPI, que valiosas aprendizagens e reflexões sobre as práticas pedagógicas dos professores, tanto nas salas de AEE quanto nas classes regulares, foram aprimoradas.

Nesse enquadre, a pesquisa empreendida focalizou o campo da educação inclusiva e especial, analisando documentos e legislações que regem o AEE e identificando como essas normas se concretizam na realidade dos docentes que atuam na área. Além disso, o estudo se propôs a mapear as estratégias pedagógicas utilizadas por docentes de Ilha Grande – PI, promovendo reflexões sobre essas práticas nas salas de AEE.

Considerando que o AEE é um direito, garantido pela Lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013, é relevante destacar que neste trabalho serão abordadas as ações, o funcionamento e os requisitos necessários para o uso dessa modalidade de ensino, com o intuito de ampliar o conhecimento sobre a educação especializada, beneficiando não apenas os alunos, mas toda a comunidade escolar.

No campo acadêmico e profissional, a pesquisa realizada colabora com a formação de futuros docentes e professores que atuam ou atuarão na educação inclusiva e especial, a partir do conhecimento de documentos que respaldam essa política pública, bem como uma análise das práticas pedagógicas dos professores em atividade no AEE no contexto do município de Ilha Grande – PI.

Essa abordagem permitirá uma ampliação do entendimento sobre a importância do AEE e suas implicações no desenvolvimento educacional, social e emocional dos alunos. Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral: conhecer as práticas pedagógicas dos professores nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) do município de Ilha Grande – PI. Para alcançar esse objetivo, os objetivos específicos delimitados foram: caracterizar a política de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da rede municipal; identificar as instituições de ensino que oferecem salas de Atendimento Educacional Especializado no município de Ilha Grande – PI; e analisar as estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores do Atendimento Educacional Especializado em suas abordagens de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva, a pesquisa se destinou a compreender as práticas pedagógicas nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) do município de Ilha Grande – PI e como foram desenvolvidas, considerando os padrões estipulados pelo Ministério da Educação (MEC). Esse tema se justifica pela necessidade do alinhamento entre políticas públicas e diretrizes operacionais referentes a educação especial com a atuação docente, especificamente no contexto local das escolas da Ilha Grande. Para ampliar essas discussões, este trabalho buscou responder à seguinte pergunta de pesquisa: como se configuram as práticas pedagógicas dos professores nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) do município de Ilha Grande – PI?

Assim, este trabalho está estruturado em cinco seções principais, além dos elementos pós-textuais. A primeira seção compreende a Introdução, onde são apresentados o tema, os objetivos da pesquisa, a justificativa e a relevância do estudo no contexto educacional atual. Em seguida, a segunda seção trata da Metodologia, descrevendo os procedimentos técnicos e metodológicos adotados na condução da investigação, incluindo o tipo de pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e os critérios de análise.

Na terceira seção, desenvolve-se a Fundamentação Teórica, com a apresentação e discussão dos principais conceitos vinculados à educação especial e inclusiva, abordando seus fundamentos legais, o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o panorama normativo que sustenta tais práticas. A quarta seção é dedicada à análise e discussão dos dados empíricos, obtidos por meio de pesquisa de campo realizada no município de Ilha Grande – PI, evidenciando tanto aspectos quantitativos quanto as percepções das professoras atuantes no AEE, especialmente no que se refere aos desafios enfrentados, às estratégias pedagógicas empregadas e às articulações estabelecidas entre escola e família.

Por fim, a quinta seção apresenta as Considerações Finais, retomando os principais achados da pesquisa, refletindo sobre suas implicações para a prática pedagógica e propondo possíveis direções para estudos futuros. Ao término do trabalho, encontram-se as Referências bibliográficas utilizadas, bem como os Anexos e Apêndices, que oferecem suporte adicional à compreensão do percurso metodológico adotado

2 METODOLOGIA

O presente trabalho adota uma abordagem mista, combinando pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo na perspectiva qualitativa, com o intuito de conhecer de forma abrangente as práticas pedagógicas dos professores nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município de Ilha Grande – PI. Segundo Gil (2007, p. 17) “pode se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos...”. Deste modo, esta pesquisa seguiu um caminho bem estruturado, sistematizado, passando desde a definição da problemática até a apresentação dos resultados.

No que se refere à pesquisa documental, esta foi utilizada para a coleta de dados sobre a política de AEE, incluindo a quantidade de salas de recursos multifuncionais, quantidade de escolas que oferecem esse atendimento, os profissionais envolvidos, a carga horária de atendimento, o número de crianças atendidas e a quantidade total de alunos matriculados com algum tipo de deficiência.

Esse tipo de pesquisa proporciona uma análise detalhada das especificações relevantes ao estudo, permitindo uma compreensão clara da estrutura do AEE na região. A partir dos dados documentais, foi possível enumerar as salas de AEE e traçar um paralelo entre os alunos que necessitam de atendimento especializado, além de identificar os profissionais atuantes e verificar se suas qualificações estão alinhadas aos parâmetros estipulados pelo Ministério da Educação (MEC).

A pesquisa bibliográfica complementou a análise documental deste trabalho. Baseada em artigos selecionados sobre a educação especial e inclusiva, foi se constituindo um referencial para o tema deste estudo. Segundo Fonseca (2002, p. 32), “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e sites”. Considerando isso, foi feito um levantamento bibliográfico que permitiu identificar o estado atual do conhecimento sobre educação inclusiva e especial, focalizando as lacunas que a pesquisa pode ajudar a preencher.

No que tange à pesquisa de campo, foi empreendida uma pesquisa de caráter exploratório que é “[...] o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação

diretamente com a população pesquisada [...]” (Gonçalves, 2001, p. 67). Para isso, metodologicamente, foram abordados diretamente alguns docentes que atuam no AEE do município investigado, a fim de realizar uma melhor análise da real situação que cerca as políticas públicas no âmbito municipal.

Nesse contexto, foram utilizados questionários semiestruturados respondidos por professores que atuam no AEE no município de Ilha Grande – PI. Esses questionários, enviados via WhatsApp e organizados no Googleforms, foram estruturados com questões fechadas e abertas, possibilitando a mensuração de informações sobre práticas pedagógicas, bem como a avaliação qualitativa das percepções dos professores. Essa coleta de dados permitiu responder às questões estabelecidas sobre as práticas e metodologias empregadas pelos profissionais de ensino do referido município, foco deste trabalho.

O objetivo da pesquisa de campo foi enriquecer as análises documentais e bibliográficas, obtendo dados práticos diretamente da realidade das instituições escolares. Por isso, quanto à abordagem, a pesquisa realizada é considerada qualitativa, pois proporciona uma compreensão mais rica das demandas e desafios que surgem no contexto educacional investigado. Além disso, a comunicação direta com os docentes possibilitou avaliar se as políticas formuladas na teoria estão sendo efetivamente implementadas e quais aprimoramentos podem ser realizados para fortalecer o serviço especializado nas instituições de ensino do município de Ilha Grande – PI.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: ASPECTOS TEÓRICOS E LEGAIS

Esta seção foi organizada para mostrar os estudos teóricos da pesquisa desenvolvida. Baseada em livros, artigos, documentos e estudos de autores que abordam a temática da educação especializada e os conteúdos que os cercam, como: Mantoan (2001, 2002, 2006, 2010), Capellini (2009, 2015) e Carneiro (2012), entre outros pesquisadores. Desse modo, destacam-se os estudos da área e as leis que regem a educação inclusiva e especializada no Brasil.

3.1 A educação inclusiva no Brasil

Mesmo com todo o avanço educacional referente às classes regulares, a educação inclusiva sempre caminhou mais lentamente. No Brasil, segundo Saviani (2011), há registro do início de uma educação diferenciada com o intuito de inclusão a partir da criação de duas instituições, o “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”, em 1854 e o “Instituto dos Surdos Mudos”, em 1857. Para esse pesquisador, em 1954 foi criada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e em 1945 foi criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação. E, somente em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passou a ser incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024/61 (Brasil, 2010).

Para que a inclusão das crianças atípicas, que por décadas foram isoladas, seja eficiente, é necessário, conforme Saviani (2011), o preparo adequado das instituições de ensino, dos profissionais que atenderão essas crianças e das políticas públicas que terão o papel de providenciar as ferramentas necessárias para a permanência e pleno desenvolvimento desses educandos.

Nas palavras desse pesquisador:

[...] as políticas públicas educacionais devem ser pensadas enquanto propostas de Estado e não limitadas ao tempo dos governos, uma vez que o processo para a sua completa implementação exige mudanças complexas, que incidirão nas estruturas estabelecidas (Saviani, 2011, p. 189).

Posto isto, Saviani (2011) afirma que políticas educacionais devem ser pensadas para além dos ciclos eleitorais, visto que se trata de uma tarefa complexa. Logo, devem ser enxergadas como diretrizes que perpassarão diferentes governos.

Para que as políticas e ações educacionais sejam condizentes com os diversos públicos atendidos, Mantoan (2003, p.16) destaca: a “Inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, [...]”. Por isso, as mudanças e adaptações necessárias à inclusão ocorrem de forma significativa para todos públicos, como meio legal, pedagógico e atitudinal de combate à exclusão.

Nesse contexto, é importante ressaltar que, a educação inclusiva não se restringe ao grupo de pessoas atípicas que necessitam de atendimento educacional especializado, mas abrange todos os grupos excluídos e esquecidos. Dessa forma, a educação inclusiva é “[...] uma política pública que deve ser analisada à luz da sua gênese em diálogo com as diversas variáveis sociais e educacionais sem desconsiderar as influências internacionais e suas traduções locais” (Pletsch, 2020, p. 66). Essa perspectiva, atende não só um grupo de pessoas específico, mas engloba diversos públicos, como os povos originários, as pessoas em estado de vulnerabilidade social, entre outros.

3.2 Educação especial e educação inclusiva

A educação especial por muitas vezes é confundida com a educação inclusiva. Para Capellini a educação especial:

É uma área de conhecimento que tem por objetivo avaliar, buscar novas estratégias didático-metodológicas, ofertar o atendimento educacional especializado, atuando de forma complementar ou suplementar, isto quer dizer, que ela não irá escolarizar seu público-alvo, ela vai ser um suporte e enquanto área ela é transversal propiciando desde o bebê que está na creche, até o aluno da pós-graduação o direito a ser assistido por ela (Capellini, 2015, TV USP).

Para essa pesquisadora, a educação especial é estratégica (suporte, recurso) voltada para o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes e, também, modalidade de ensino que contempla a educação inclusiva. Ou seja, a educação especial atende a uma política nacional de inclusão, como define a LDB 9.394/96

(Brasil, 1996). Logo, a educação especial não tem o papel de reforçar o ensino regular, mas de atuar para que a exclusão de pessoas com deficiências ou neurodivergentes não aconteça, isto é, que elas sejam inseridas no sistema comum de ensino com apoio de serviços, recursos e profissionais especializados, atendendo os princípios da equidade, acessibilidade e valorização da diversidade que essa lei defende nacionalmente.

A educação especializada, segundo Capellini (2015), refere-se a um grupo específico de pessoas que precisam de atendimento educacional especializado. Para ela, a educação inclusiva inclui todas as pessoas, visando uma inclusão de forma geral, sem especificidades ou público-alvo. Dessa forma, compreende-se que a educação especial é uma modalidade de ensino e a educação inclusiva uma política pública.

3.3 Atendimento educacional especializado – AEE

O atendimento educacional especializado (AEE) é uma modalidade de ensino que acompanha toda a trajetória educacional junto ao ensino regular (Brasil, 2008). Os sistemas de ensino são responsáveis por matricular os educandos nas classes regulares e ofertar no contraturno o atendimento educacional especializado para o público que necessita desse acompanhamento.

Segundo as Diretrizes Operacionais de Educação Especial Para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, é papel do AEE a identificação e a elaboração de recursos pedagógicos e de acessibilidade que sejam agentes facilitadores para a inclusão dos educandos, sempre dando a devida importância às necessidades específicas dos alunos que receberão o atendimento especializado (Brasil, 2008). Dessa forma, promove-se a acessibilidade dos discentes aos materiais didáticos e a outros recursos que facilitarão a execução e desenvolvimento de atividades, tendo como objetivo, também, a autonomia e independência dos alunos, tanto na escola quanto fora dela.

O atendimento especializado cumpre o papel de auxiliador, sendo complementar ou suplementar na formação dos alunos. Nessa perspectiva, conforme o Ministério de Educação (2008):

O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação (Brasil, 2008, p. 2).

Por isso, segundo essa legislação, esse espaço específico deve ser adequado para o a realização de atividades que possam garantir maior efetividade no progresso nos educandos. Para essa lei, as salas de recursos multifuncionais (SRM) devem ser ambientes controlados que possuem equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos que auxiliarão no atendimento ao público-alvo da educação especial.

O público-alvo do atendimento educacional especializado inclui os alunos com deficiência, alunos com transtorno do espectro autista (TEA) e alunos com altas habilidades/superdotação (Brasil, 2020). Para que o atendimento seja adequado, é necessária uma proposta pedagógica individualizada.

Um dos fatores que corroboram o atendimento ser realizado na mesma instituição de ensino em que aluno estuda na classe regular, é a possibilidade da troca de informações presentes no dia a dia entre o educador da classe regular e o educador do atendimento especializado, visando o atendimento das necessidades educacionais específicas, facilitando assim a inclusão no ambiente escolar.

3.4 Leis e documentos que amparam o Atendimento Educacional Especializado

Com o avanço da educação inclusiva nas escolas e a modalidade da educação especializada, foram criados leis e documentos que garantem e especificam como deve ser o AEE, estabelecendo parâmetros que norteiam sua forma de execução.

Das séries de leis e documentos que mencionam o AEE, o decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a educação especial, regulamentando o atendimento educacional especializado. Nele está contido o dever do Estado com a educação de crianças, englobando o público-alvo do ensino especial, os objetivos deste atendimento, os órgãos que apoiam e monitoram a modalidade mencionada (Brasil, 2011).

A Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, nela consta a educação como um todo, os princípios e fins da educação nacional, o direito à educação e o dever de educar, os níveis e modalidades de educação e ensino, entre outros aspectos educacionais. O Artigo 4, inciso terceiro, por exemplo, discorre sobre essa modalidade e o público-alvo.

O estatuto da pessoa com deficiência, regido pela lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, aborda a temática da igualdade e da não discriminação, os direitos fundamentais e entre eles, no capítulo 4, informa sobre o direito à educação e reforça a garantia do atendimento educacional especializado, tanto sua acessibilidade quanto à qualificação do atendimento.

Há outras leis que mencionam o atendimento especializado, porém, são essas as principais que regem o AEE: Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011; Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. É de suma importância a existência dessas leis, pois o direito à educação pública e de qualidade passa pela normatização do Estado, assegurando e combatendo a discriminação e exclusão de pessoas no contexto escolar ou fora dele.

Além das leis e decretos supracitados, há documentos que definem a função, parâmetros, diretrizes e todo conteúdo que envolve o AEE. Entre os principais, temos a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, criada em 2008 pelo Ministério de Educação, com o intuito de definir como se estabelece e as funções do AEE. Além desse, foi sancionada as “Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado”, que destaca os conceitos do AEE, estabelece informações sobre o público-alvo, o financiamento, a institucionalização e a formação dos professores.

A produção desses documentos favorece a compreensão e o direcionamento jurídico, pedagógico e formativo do funcionamento do AEE. A partir deles pode-se observar e saber o que esperar sobre o atendimento especial, bem como entender os conceitos básicos e as diretrizes que corroboram a educação especial e inclusiva no contexto escolar.

Considerando esse enfoque, a educação especial, entendida como modalidade de ensino, é um componente essencial para a consolidação de uma educação que se deseja inclusiva, pois como apontam os documentos supracitados,

ela visa garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, respeitando suas particularidades e promovendo a equidade no ambiente escolar.

Do ponto de vista teórico, a educação inclusiva baseia-se na valorização da diversidade humana como princípio fundamental para a construção de uma escola democrática. A proposta rompe com o paradigma da homogeneidade e da segregação, promovendo práticas pedagógicas que reconhecem e acolhem as diferentes formas de aprender. Pesquisadores como, Mantoan (2001, 2002, 2006, 2010), Capellini (2009, 2015) e Carneiro (2012), defendem que a inclusão não se limita à presença física do estudante na escola comum, mas implica sua efetiva participação nos processos de aprendizagem e socialização.

Sob a ótica legal, a Constituição Federal de 1988 assegura a educação como um direito de todos, sem discriminação, destacando o dever do Estado em oferecer atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), em seus artigos 58 a 60, reforça a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e etapas da educação, que deve ser oferecida sempre que necessário, em complementaridade à escolarização comum.

Outro marco relevante é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que orienta a organização de sistemas educacionais inclusivos. Essa política promove o atendimento educacional especializado (AEE) como suporte pedagógico fundamental a ser oferecido em salas de recursos multifuncionais, com profissionais capacitados para atuar de forma articulada com os professores da sala regular.

Além disso, o Brasil aderiu e assinou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, incorporada ao ordenamento jurídico nacional com status de emenda constitucional (Decreto nº 6.949/2009). Essa convenção reforça a obrigação do Estado em assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o fornecimento de apoios individualizados, sempre que necessário.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, são apresentados os dados coletados sobre o tema investigado, a qual teve o objetivo de conhecer as práticas pedagógicas dos professores do atendimento educacional especializado (AEE), do município de Ilha Grande – PI. A relevância deste trabalho de conclusão encontra-se em entender e caracterizar o modo em que o AEE está sendo desenvolvido nas escolas do município.

O município de Ilha Grande, situado no Piauí, é famoso por ser a entrada para o Delta do Rio Parnaíba, uma das mais impressionantes atrações naturais do Nordeste. De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população estimada do município é de aproximadamente 9.500 pessoas. Atualmente, a economia do município é predominantemente baseada na pesca, no turismo e em pequenos negócios. No que se refere à educação, destaca-se que, em 2010, a taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos era de 98,1%. Além disso, conforme dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no ano de 2023, a rede pública municipal apresentou o índice de 4,5 nos anos iniciais do ensino fundamental e 4,6 nos anos finais, evidenciando avanços, mas também desafios no contexto educacional.

Vale ressaltar que os dados utilizados neste estudo foram coletados por meio de documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Ilha Grande – PI, bem como da coleta de dados via aplicação de questionários semiestruturados aos profissionais que trabalharam nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) dessa cidade, no ano de 2024. A coleta de dados permitiu reunir informações pertinentes sobre a política de atendimento educacional especializado na rede municipal de ensino, identificar as escolas que fornecem o serviço de AEE e entender as metodologias pedagógicas empregadas pelos docentes. Isso contribuiu para uma reflexão sobre os obstáculos e possibilidades da educação especial e do ensino inclusivo.

Para iniciar apresentação dos dados coletados e, em seguida, destacar as análises e discussão, aponta-se o perfil das participantes da pesquisa, informado a partir de um quadro com as informações coletadas, via questionário aplicado e enviado as participantes por meio de link do Googleforms. Os nomes das pesquisadas

foram mantidas no anonimato, sendo identificadas por Prof. A1, Prof. A2, Prof. A3 e Prof. A4.

Quadro 1: Perfil Identitário das Professoras da AEE de Ilha Grande – PI

Nome Fictício	Formação	Tempo na Sala de AEE
Prof. A1	Especialização na área	Mais de 5 anos
Prof. A2	Especialização na área	Mais de 5 anos
Prof. A3	Especialização na área	Mais de 5 anos
Prof. A4	Especialização na área	4 anos

Fonte: Questionário semiestruturado, 2025.

O quadro revela que todas as participantes da pesquisa possuem especialização na área de educação inclusiva, bem como têm mais de 4 anos atuação em sala de AEE. Considerando essas informações, inicia-se o processo de análise e discussão dos dados coletados, evidenciando-se primeiramente os aspectos quantitativos da Educação Especial no município investigado neste trabalho.

4.1 Educação Especial em Ilha Grande: aspectos quantitativos

Neste subtópico, destacam-se os dados coletados diretamente na Secretaria de Educação de Ilha Grande, quantificando a oferta de AEE. Para isso, foi organizado um quadro com informações da realidade municipal no ano de 2024.

Quadro 2: A Educação Especial em Ilha Grande – PI2 (Censo 2024)

Item	Quantidade/Informação
Escolas do município	12
Salas de Recursos Multifuncionais (SRM)	06
Escolas que ofertam o AEE	06
Quadro de professores que atuam no AEE	07
Carga horária do atendimento	1 atendimento semanal, duração de 60 minutos
Quantidade de crianças atendidas pelo AEE	160
Quantidade total de crianças matriculadas com algum tipo de deficiência	160

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Ilha Grande – PI, 2025.

Os dados apresentados, no quadro acima, demonstram a realidade do município de Ilha Grande – PI quanto a educação especial ofertada as crianças público-alvo do AEE. Segundo os dados, das 12 escolas públicas existentes no município de Ilha Grande – PI, seis oferecem o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Vale ressaltar que as seis escolas possuem Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e ofertam o AEE, seguindo as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (Brasil, 2009), afirmando que o AEE deve ser realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola.

Observa-se, também, que do total de 160 crianças matriculadas com algum tipo de deficiência na rede, todas estão sendo atendidas pelo AEE, o que corresponde a uma cobertura de 100%. A média de atendimento é de aproximadamente 22 crianças por professor, considerando os sete docentes que atuam nesse serviço. Ressalta-se que a carga horária destinada ao atendimento é de uma sessão semanal, com duração de 60 minutos por criança. Esses dados indicam a preocupação da SEDUC com a estruturação de uma política educacional voltada para inclusão.

Ao olhar para os dados supracitados, entende-se que, segundo a perspectiva de Mantoan (2006), a educação inclusiva deve ser pensada para além do simples acesso à escola, mas como um direito de permanência e de aprendizagem significativa, respeitando as singularidades de cada sujeito. Desse modo, apesar dos dados apontarem um número expressivo de crianças atendidas (160) é preciso analisar a realidade desses atendimentos, identificando se a parceria entre Secretaria de Educação e docentes possibilita as condições necessárias de trabalho dos professores do AEE, bem como se suprem a demanda e a qualidade da educação na perspectiva inclusiva.

4.2 Olhar das professoras de AEE sobre a educação inclusiva

Para compreensão das perspectivas das participantes da pesquisa sobre a educação inclusiva, as perguntas do questionário aplicado foram transformadas em categorias de análise, conforme apontadas abaixo:

4.2.1 Planejamento no AEE

Perguntou-se às professoras: “Como você organiza o planejamento das atividades no AEE?”. Elas informaram:

O planejamento é individual, com atividades de acordo com a necessidade do aluno. (**Prof. A1**)

Os planejamentos são elaborados individualmente de acordo com a necessidade de cada criança. (**Prof. A2**)

O planejamento é feito de acordo com a necessidade de cada aluno, tendo como base as habilidades adaptativas das quais é estimulado: linguagem e comunicação, coordenação motora, escrita, sociabilização, e atividades da vida diária (essa última se houver necessidade). (**Prof. A3**)

A organização se dar através de PDI e rotina diária individualizada. (**Prof. A4**)

As respostas das professoras apresentam um consenso sobre a importância da individualização do planejamento no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Todas afirmam que as atividades são organizadas de acordo com as necessidades específicas de cada aluno. A Prof. A3 destaca habilidades adaptativas como linguagem, comunicação, coordenação motora e atividades da vida diária. Já a Prof. A4 comenta sobre a utilização do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e uma rotina personalizada como estrutura do planejamento.

Esse consenso demonstra um entendimento sobre a função do AEE como uma intervenção pedagógica individualizada, onde o planejamento deve se basear nas habilidades e dificuldades que o discente apresenta.

Além disso, o planejamento individualizado no AEE está previsto nas Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (2009), onde é orientado que o professores especializados devem identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial, fazendo com que a aprendizagem seja significativa para o aluno.

4.2.2 Metodologia e recursos utilizados no AEE

Foi questionado para às professoras: “Quais metodologias e recursos você mais utiliza em sala?”. Elas relataram:

Metodologia ativa diversificada, utilizando meio visual, meio auditivo, meio cinestésico. Jogos didático, música, cartaz, imagens. (Prof. A1)

Jogos pedagógicos, materiais concretos, televisão, computador... (Prof. A2)

O aluno é estimulado a ultrapassar seus limites, sentir-se capaz de realizar tarefas diversas sempre sob a minha supervisão e organização. Os recursos são os mais variados possíveis com jogos pedagógica, brinquedos, atividades com material de sucata, atividades com pinças de vários tipos e tamanhos, jogos que estimulam movimentos e tantos outros usados conforme o que se planeja alcançar com o atendimento. (Prof. A3)

Através de jogos pedagógicos, atividades impressas de acordo com cada necessidade e habilidade de cada um. (Prof. A4)

As falas das professoras entrevistadas indicam uma metodologia centrada no aluno, utilizando recursos variados. A Prof. A1 menciona o uso das metodologias ativas. A Prof. A2 utiliza jogos, materiais concretos e tecnológicos. A Prof. A3 destaca o estímulo a autonomia do aluno também como diversos recursos e atividades. A Prof. A4 também utiliza de jogos e adapta para a necessidade de cada aluno.

A partir das respostas pode-se notar o esforço para tornar as atividades adequadas e acessíveis, a fim de promover um ensino significativo. A diversidade de estratégias mostra uma tentativa das professoras conseguirem superar as barreiras que os alunos podem encontrar no processo de ensino-aprendizagem.

A utilização de recursos pedagógicos são ferramentas essenciais para o ensino e aprendizagem dos alunos. Pavão e Oliveira Pavão (2021) afirmam que estratégias pedagógicas diferenciadas favorecem a aprendizagem e a inclusão, promovendo autonomia para o discente.

4.2.3 Desafios enfrentados na prática do AEE

Foi pedido para que as professoras explanassem sobre “Quais os maiores desafios enfrentados em sua prática no AEE?” Disseram que:

Falta de formação e de valorização (**Prof. A1**)

O compromisso das famílias em levar as crianças para o atendimento, a parceria entre os professores da sala regular e gestão em compreender que os PCDs são alunos da escola e não da sala de AEE. (Falta inclusão em toda sociedade) (**Prof. A2**)

A falta de apoio de todos os envolvidos na inclusão escolar. O faz de conta que o sistema educacional em relação a educação especial. A falta de uma equipe multiprofissional na saúde pública que acompanha o aluno. Enfim, os desafios são muitos. (**Prof. A3**)

Quando comecei a maior dificuldade era a falta de compreensão e companheirismo dos professores da sala regular, hoje já é possível contar com a parceria tanto da gestão quanto de alguns professores. (**Prof. A4**)

Nesta questão, pode-se observar uma preocupação em comum com a falta de apoio, formação continuada e parceria entre professores e gestão. A Prof. A cita a falta de formação e de valorização. A Prof. A2 destaca a ausência de compromisso de algumas famílias e a dificuldade dos professores da sala regular e gestão entenderem qual o real papel do AEE. A Prof. A3 menciona também a necessidade de uma equipe multiprofissional na saúde pública para o acompanhamento dos discentes. A Prof. A4 aponta que no início havia muita dificuldade na compreensão e companheirismo dos professores da sala regular, porém já houve uma melhora.

Essas afirmativas revelam problemas tanto estruturais quanto culturais enfrentados pelas professoras do AEE. A falta de apoio é uma das principais reclamações. Os professores das salas regulares devem ser parceiros dos professores do AEE, para que, assim, possa haver um melhor desenvolvimento no processo de inclusão escolar, a equipe gestora deve saber lidar e entender qual é a finalidade do AEE, a secretaria de educação deve ofertar formações para que o profissional possa se especializar cada vez mais para desenvolver sempre um melhor atendimento para as crianças que serão atendidas.

Nessa perspectiva, Mantoan (2006) afirma que a falta de formação específica dos docentes pode dificultar a adaptação do aluno neurodivergente, como também a falta de recursos e materiais podem comprometer projetos e práticas inclusivas, dificultando assim o ensino e a inclusão.

4.2.4 Participação das famílias no acompanhamento dos filhos

Foi perguntado para às professoras se “Há participação da família no acompanhamento dos alunos do AEE? Como isso se dá?” Elas afirmaram que:

“Sim há participação da família, tenho os pais como parceiros nesse processo de desenvolvimento do aluno” (**Prof.A1**)
 “Sim, ainda existe famílias compromissadas com a aprendizagem dos filhos. Um dia na semana é especialmente para atender as famílias das crianças, pois esse momento é muito importante para que a criança melhore cada vez mais em processo de ensino e aprendizagem (em suas metas e habilidades).” (**Prof. A2**)
 “Sim. As mães sempre estão em contato comigo perguntando sobre seus filhos, como estão, se estão evoluindo.” (**Prof. A3**)
 “Sim, a grande maioria das famílias costumam acompanhar o desenvolvimento dos filhos em suas atividades práticas na sala de Atendimento, temos Feedback entre professores e pais e responsáveis.” (**Prof. A4**)

As respostas das quatro professoras apresentam uma positiva participação da família no processo de ensino-aprendizagem dos alunos atendidos no AEE. As docentes destacam que a parceria (Prof.A1), o compromisso (Prof.A2), o contato (Prof.A3) e o acompanhamento nas atividades (Prof.A4)

Essa participação ativa da família é fundamental para o desenvolvimento das crianças. A unanimidade das respostas das professoras demonstra que a família tem um papel significativo para um o processo de inclusão escolar.

Além disso, Mantoan (2006) afirma que a inclusão depende também da corresponsabilidade da família, pois a inclusão escolar acontece quando todos – escola, família e comunidade – assumem o compromisso de garantir a aprendizagem e inclusão dos alunos.

4.2.5 Parceria com os professores do ensino regular

As professoras foram indagadas: “Você sente que há diálogo e parceria com os professores do ensino regular?” Elas destacaram:

“Nem sempre há diálogo e nem parcerias, alguns professores da sala regular acham que a responsabilidade do

desenvolvimento do aluno é do professor da sala de AEE” (Prof. A1).

“Em parte sim, infelizmente muitas crianças são rejeitadas dentro da sala de aula como se não existissem” (Prof. A2).

“Às vezes. Na verdade, alguns professores da sala comum não veem resultados no atendimento na sala de recursos porque pra ela é lá que o aluno com necessidades especiais deve ser alfabetizado e não é essa o papel do atendimento educacional especializado” (Prof. A3). “Aqui no estabelecimento de ensino no qual trabalho sim, sempre que necessário há diálogo, companheirismo e parceria para melhor desempenho dos nossos alunos” (Prof. A4).

As observações das professoras de AEE sobre parceria e diálogo com as professoras regulares apontam para uma experiência positiva, ainda que a Prof. A1 afirme que “nem sempre” isso ocorra, a Prof. A2 informe que em “parte sim” e a Prof. A3 que “às vezes” há diálogo. No entanto, a Prof. A4, afirmou que “sempre” ocorre diálogo e parceria.

Essas afirmativas são consideradas positivas, porque há indícios de que há possibilidades e condições de diálogo aberto entre professoras de AEE e de salas regulares para ampliarem e fortalecerem a educação inclusiva no município de Ilha Grande.

Vale ressaltar que a fala da Prof. A2 faz uma denúncia de violação de direito à participação e à visibilidade do aluno quando afirma que há “rejeição” dos estudantes. A inclusão é um direito em que todo aluno tem de estar, participar, aprender e ser reconhecido no espaço escolar. Ignorar esse aluno é apenas integrá-lo e não o incluí-lo no contexto escolar, uma vez que ele pode estar presente fisicamente, mas é excluído em termos pedagógicos e afetivos.

Por fim, as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica (2008), apresentam como dever do professor do AEE: estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum para assim garantir a inclusão real do discente. Essa colaboração permite que ambos os professores troquem informações, planejem estratégias e alinhem objetivos para o benefício do aluno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida permitiu compreender com maior profundidade o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município de Ilha Grande – PI, evidenciando importantes avanços, mas também desafios persistentes no contexto da educação especial e inclusiva.

A relevância deste trabalho de conclusão encontra-se em entender e caracterizar o modo como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) está sendo desenvolvido nas escolas do município de Ilha Grande – PI. A pesquisa teve como intenção geral analisar como esse serviço vem sendo ofertado, considerando aspectos como a formação dos profissionais, as práticas pedagógicas adotadas, os recursos disponíveis e os desafios enfrentados no cotidiano escolar. Com base na perspectiva da educação inclusiva, buscou-se investigar se o AEE tem cumprido seu papel de complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes público-alvo da educação especial, promovendo sua efetiva inclusão nas classes comuns do ensino regular.

Apesar do atendimento educacional especializado ser amparado por lei e apresentar documentos que descrevem a formação necessária para atuar nesta área, as redes públicas de ensino ainda sofrem com o desafio das possíveis lacunas apresentadas referentes a formação inicial e continuada dos professores. O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Especial, afirma que “Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada” (Brasil, 2008, p. 1).

A formação específica é essencial para promover um trabalho adequado, pois prepara e habilita o docente para atuar na educação especial. Com a formação específica o professor será qualificado a executar as atribuições referentes ao atendimento especializado. Neste sentido, o presente trabalho de conclusão visou contribuir na identificação e proporcionar uma reflexão dessas possíveis lacunas referentes a formação docente no AEE.

Com base nos dados coletados, percebeu-se que o trabalho dos professores nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Ilha Grande – PI

revela uma dedicação à uma educação de inclusão, mesmo diante de problemas de estrutura e capacitações. As professoras que participaram da pesquisa ressaltaram que investir em formação continuada e adaptar os materiais didáticos são caminhos importantes para dar suporte aos alunos com deficiência. Contudo, elas também apontaram a falta de materiais de ensino apropriados, auxílio técnico especializado e mais parceria entre o AEE e o ensino regular. Mesmo com as dificuldades, as docentes se mostram dedicadas a criarem um ambiente de aprendizado acessível e que faça sentido para os alunos, o que mostra como o AEE é importante para garantir a educação inclusiva no município.

Assim, Ilha Grande – PI apresenta um cenário promissor no campo da educação especial, com profissionais qualificados e políticas públicas em processo de implementação. No entanto, é urgente fortalecer a rede de apoio institucional, garantir maior valorização dos profissionais do AEE, ampliar o tempo de atendimento, investir em formação continuada e promover articulação entre os segmentos escolares, para que o direito à educação inclusiva seja garantido de forma plena, conforme preconizado nas legislações nacionais e internacionais.

Por fim, é crucial manter o foco no aprimoramento constante da formação, tanto inicial quanto contínua dos educadores que se dedicam à educação especial, além de investir na organização física e pedagógica do ensino inclusivo. Ampliar o apoio educacional especializado, juntamente com uma abordagem educacional que priorize a equidade, é indispensável para garantir que cada aluno tenha o direito de aprender, socializar na escola e desenvolver ao máximo suas capacidades. Que este estudo possa gerar novas ideias, práticas e ações focadas na construção de uma escola que seja genuinamente inclusiva, imparcial e democrática no município de Ilha Grande – PI.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional e dá outras providências**. Brasília, 2011.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei Brasileira de Inclusão no 13.146, de 06 de julho de 2015, Brasília, 2015.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 18 de setembro de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192. Acesso em: 18 jun. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. **O que é o atendimento educacional especializado (AEE)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 23 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/censo-escolar/educacao-especial/o-que-e-o-atendimento>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 7 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. **Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva**. Educação, v. 32, n. 03, p. 355-364, 2009.

CARNEIRO, R. U. C. Educação inclusiva na educação infantil. **Práxis Educacional**, p. 81-95, 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa** - 4. ed. - São Paul: Atlas, 2002

GONÇALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Ilha Grande — PI. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/ilha-grande/panorama>. Acesso em: 8 abr. 2025.

MANTOAN, M. T. E. (Org.) **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memnon, 2001.

MANTOAN, M. T. E. **A educação especial no Brasil**: da exclusão à inclusão escolar. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de educação. Laboratórios de Estudos e Pesquisas Ensino e Diversidade -LEPED/Unicamp, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Atendimento educacional especializado**: políticas e gestão nos municípios. São Paulo: Moderna, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

PAVÃO, A. C. O.; OLIVEIRA PAVÃO, S. M. (Orgs.). **Metodologias ativas na Educação especial/inclusiva**. Santa Maria – RS: FACOS-UFSM, 2021.

PLETSCH, Marcia Denise. **O que há de especial na Educação Especial Brasileira?** Momento - Diálogos em Educação, v. 29, n. 1, p. 57-70, 2020.
<https://doi.org/10.14295/momento.v29i1.9357>

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11 ed. Campinas- SP: Autores Associados, 2011.

TV USP. **Linha do tempo: Educação inclusiva**. Youtube, 23 de novembro de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a4Ntfg98xIY>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ANEXO A – Autorização para coleta de dados em Ilha Grande

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RUA VITURIANO RIBEIRO Nº 292, CENTRO
CNPJ: 20.529.412/0001-20



Ofício Dirigido nº 0039

Ilha Grande - PI, 31 de março de 2025

Da Secretária de Educação do Município de Ilha Grande - PI.

Ao Senhor Davi dos Santos Furtado

Assunto: Dados sobre a educação especial e autorização de pesquisa

Prezado senhor,

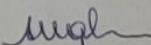
Em resposta ao ofício solicitando dados da Educação especial, segue abaixo lista com os mesmos, utilizando como base o Educacenso do ano de 2024.

- Quantidade de salas de recursos multifuncionais: dispomos de 06 salas ativas.
- Quantidade de escolas que ofertam o AEE: 06 escolas.
- Quadro de professores do AEE: 07 professores.
- Carga horária do atendimento: 01 atendimento semanal, com duração de 60 minutos.
- Quantidade de alunos atendidos pelo AEE: 160 alunos.
- Quantidade total de alunos matriculados com algum tipo de deficiência: 160 alunos.

Ademais, fica autorizada a referida pesquisa científica acerca do ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO- AEE nas escolas da rede municipal de ensino.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para quaisquer informações adicionais.

Cordialmente,


ANGELA MARIA GALENO OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação

01/04/2025

APÊNDICE A – Questionário e Termo de Consentimento da Pesquisa

Pesquisa de Conclusão de Curso de Pedagogia

UESPI Parnaíba - Curso de Pedagogia

Título: A POLÍTICA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

(AEE): a atuação dos professores no município de Ilha Grande – PI

Pesquisador: Davi dos Santos Costa

Orientador: Dr. Francisco Afranio Rodrigues Teles

Declaro para os devidos fins ter sido convidado(a) para participar da pesquisa: A política de atendimento educacional especializado, realizada pelo Curso de Pedagogia da UESPI Parnaíba. O objetivo geral da mesma é pesquisar as políticas públicas direcionadas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município de Ilha Grande - Piauí. A pesquisa será realizada por meio de questionário on-line (Google Forms), semiestruturado, contendo questões abertas com duração máxima para preenchimento de 5 minutos. A investigação apresenta baixo risco à possibilidade de constrangimento, timidez ou sensação de ansiedade pelo tempo dedicado ao questionário.

Neste caso, posso desistir da pesquisa a qualquer tempo. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de trabalhos acadêmicos, livros ou em eventos científicos, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo, e que não haverá quaisquer benefícios financeiros ou direitos financeiros sobre os eventuais resultados decorrentes da pesquisa.

Ao prosseguir o preenchimento do questionário on-line (que tive acesso via WhatsApp), estou concordando com a participação na pesquisa, por meio das respostas fornecidas que serão utilizadas em atividades acadêmicas.

Concordo em participar?

() Concordo

() Não concordo

Observação: A identificação é apenas para fins de controle de acesso a esse questionário. Na pesquisa o anonimato será preservado. Por isso, responda as questões a seguir:

01- Nome completo:

_____.

02- Gênero:

_____.

03- Qual sua formação (Licenciatura, especialização, mestrado, doutorado)?

_____.

04- Quanto tempo trabalha na instituição?

_____.

05- Quanto tempo trabalha em salas de AEE?

_____.

06- Quantos alunos são atendidos ao todo atualmente na sala de AEE?

_____.

07- Como você organiza o planejamento das atividades no AEE?

_____.

_____.

08- Quais metodologias e recursos você mais utiliza em sala?

_____.

09- Quais os maiores desafios enfrentados em sua prática no AEE?

_____.

_____.

10- Há participação da família no acompanhamento dos alunos do AEE? Como isso se dá?

_____.

11- Você sente que há diálogo e parceria com os professores do ensino regular? Justifique

_____.

